

Acordo fixa para quarta-feira a votação da anistia para as dívidas

Das Sucursais de Brasília
e Belo Horizonte

A fusão das emendas constitucionais que prevêem a anistia da correção monetária das dívidas bancárias dos micro e pequenos empresários deve ser votada na próxima quarta-feira, segundo acordo firmado ontem entre os autores das emendas e o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães. A informação foi dada ontem à noite à Folha pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). —um dos autores da fusão.

Segundo ele, foram mantidos durante a tarde de ontem contatos informais com as lideranças do governo no Congresso constituinte e dos partidos de esquerda, que teriam demonstrado posições mais favoráveis a uma solução negociada.

O senador espera que os “ânimos se acalmem” durante o fim-de-semana e que o início da próxima semana possa se chegar um texto consensual, que não aquele previsto pela fusão.

A anistia, segundo as emendas apresentadas até ontem, beneficiaria os micro e pequenos empresários urbanos e rurais (segundo a classificação do manual de crédito rural) que contraíram dívidas bancárias no período entre 28 de fevereiro e 31 de dezembro de 1986 —vigência do Plano Cruzado. Seria perdoadada a correção monetária somente dos empresários que tenham feito a aplicação de seus créditos segundo os objetivos previstos pelo contrato de empréstimo. Sobre o montante principal da dívida incidirão os juros legais (previstos em contrato e as taxas judiciais desde a contratação até a liquidação dos empréstimos.

Segundo a assessoria do deputado Ziza Valadares (sem partido-MG) —uma pesquisa feita entre os parlamentares indicou que 307 devem votar favoravelmente à anistia.

Defesa

O governador Newton Cardoso (PMDB), de Minas Gerais, disse ontem que o governo “não pode assumir sozinho” o ônus da anistia a produtores rurais e microempresários endividados. “Temos que atender tanto os empresários como a rede bancária estatal”, afirmou o governador, pela manhã, ao defender uma fórmula que leve os banqueiros privados a “participar desse prejuízo”. Newton não detalhou sua proposta, mas observou que o ideal seria “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”. Sugeriu que uma opção seria anistiar, “digamos, metade da dívida”.

Comércio não quer proposta na Constituição

Da Reportagem Local
e da Sucursal de Porto Alegre

A Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo entende que a questão das dívidas contraídas pelos pequenos empresários durante o Plano Cruzado não deve ser tratada pelo Congresso constituinte. Por isso, é contra a aprovação de qualquer proposta constitucional de anistia. Para a solução do problema, propõe o estudo individual de cada caso a partir de estímulo oficial aos empresários que desejam pagar seus débitos.

Esta proposta foi aprovada ontem à tarde em São Paulo, durante a

reunião mensal da entidade. Segundo a Facesp, as dívidas compõem uma questão “extremamente complexa que abrange uma gama variada de situações que devem ser tratadas de forma específica”. O presidente da Facesp (e da Associação Comercial paulistana), Romeu Trussardi Filho, manifestou-se logo de início contra a anistia: “Não é oportuno que um fato conjuntural como este vá para a Constituinte. Abre um precedente para que contratos particulares firmados sejam alterados pela Constituição.”

Um dos fatores que mais pesaram na decisão foi a situação de quem já liquidou empréstimo contraído. “A

anistia seria uma injustiça com quem se esforçou e pagou”, disse Trussardi.

Rizicultores

Pressionar pela demissão do ministro da Fazenda e reivindicar espaço nos meios de comunicação para a defesa da anistia da correção monetária, com base no princípio do direito de resposta. As duas propostas serão levadas ao presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, no encontro que deverá reunir cerca de dois mil rizicultores, a partir de hoje, em Uruguaiana (634 km a oeste de Porto Alegre-RS).

24 JUN 1986
FOLHA DE SÃO PAULO